



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

**O GESTOR ESCOLAR E SEU COMPROMISSO COM A INCLUSÃO
NO ENSINO REGULAR - FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES
DA ESCOLA**

BETÂNIA MENDES DE SOUSA

Brasília – DF

2014

BETÂNIA MENDES DE SOUSA

**O GESTOR ESCOLAR E SEU COMPROMISSO COM A INCLUSÃO
NO ENSINO REGULAR - FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES
DA ESCOLA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar, sob a orientação da Professora tutora-orientadora-Mestre Abigail do Carmo Levino de Oliveira e do Professor-orientador-Dr. Erisevelton Silva Lima.

TERMO DE APROVAÇÃO

Betânia Mendes de Sousa

O GESTOR ESCOLAR E SEU COMPROMISSO COM A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR - FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA ESCOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Profa. Mestre Abigail do Carmo Levino de Oliveira
SEEDF/UnB
(Tutora-Orientadora)

Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima
SEEDF/UnB
(Professor-orientador)

Profa. Mestre Sileda Maria Holanda de Sousa Almeida
(Examinadora externa)

Brasília, 26 de julho de 2014.

Dedico este trabalho a toda a minha família que sempre esteve ao meu lado e em especial a minha filha que sempre me ajudou, dando-me força nos momentos mais difíceis, contribuindo para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me guiar e me dar coragem, força e sabedoria em todas as etapas vencidas.

A minha filha, minha mãe e familiares que sempre estiveram ao meu lado, encorajando-me nesta caminhada.

Ao professor Erisevelton Silva Lima e à professora Abigail do Carmo Levino de Oliveira pelo apoio e dedicação durante todo o processo de orientação e a todos os meus colegas e pais de alunos que colaboraram com a minha pesquisa.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar as práticas pedagógicas e administrativas da gestão escolar voltadas para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificar os principais avanços e problemas enfrentados pela escola no processo de inclusão e analisar a importância do envolvimento da família na inclusão escolar, através de uma reflexão teórica inicial, tendo como referência a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (BRASIL, 2008). A pesquisa contou com as contribuições de teóricos como: Cury, Dutra, Capellini, Griboski, Rodrigues, Vieira, Mantoan, Stainback, entre outros, o que possibilitou ampliar os conhecimentos sobre a Educação Inclusiva, a relação família/escola, envolvimento dos profissionais e o trabalho pedagógico, a fim de trazer alternativas para diminuir os problemas enfrentados nesse processo. A pesquisa foi desenvolvida através de questionários aplicados a cada segmento, gestor, professores, serviços de apoio à aprendizagem e pais. Os resultados constataram que todos na escola reconhecem as necessidades e vantagens da inclusão escolar, abraçam a causa e buscam alternativas, formação, conhecimentos, meios para superar os desafios e adaptar as estratégias às necessidades dos alunos respeitando as diferenças. Contam sempre com o apoio e envolvimento do gestor em todos os setores, no entanto, alguns ajustes ainda são necessários como a adequação na estrutura da escola, a necessidade de mais recursos materiais, formação e preparo de alguns profissionais.

Palavras – chave: Gestão Escolar. Inclusão Escolar. Formação Continuada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Contextualização	9
Objetivo geral.....	11
Objetivos específicos	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 O papel do gestor escolar	12
1.2 O campo de atuação do gestor escolar e o respeito às diferenças	14
1.3 Os principais avanços e problemas enfrentados pela escola no processo de inclusão	16
1.4 A formação continuada para atuação na educação inclusiva	19
1.5 A educação inclusiva de acordo com a lei 9394/96.	21
1.6 O Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	25
1.7 A família no processo de inclusão.....	28
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	31
2.1 Delineamento da pesquisa	31
2.2 Cenário da pesquisa.....	32
2.3 Participantes do estudo.....	32
2.4 Instrumentos de pesquisa	32
2.5 Procedimentos de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	56
Apêndice A.....	56
Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado ao gestor escolar	56
Apêndice B.....	57
Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos professores.....	57

Apêndice C.....	59
Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos profissionais dos Serviços de Apoio à Aprendizagem.	59
Apêndice D.....	60
Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos pais dos ANEEs (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais)	60

INTRODUÇÃO

Contextualização

A escola na qual foi realizada a pesquisa de campo é a Escola Classe Esperança, escola pública que fica localizada na Ceilândia Sul- DF. Atualmente, 2013, atende 830 alunos em dois turnos, matutino e vespertino, uma clientela da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano e uma Classe Especial. A equipe diretiva da escola é formada por 01 diretor, 01 vice-diretora, 01 chefe de secretaria e 01 supervisor administrativo. A escola conta com 03 auxiliares de secretaria, 01 professora readaptada atuando como apoio à direção e professores, 34 professores regentes de classe, 04 coordenadoras pedagógicas, 01 professora de sala de recursos, 01 psicopedagoga, 01 orientadora pedagógica, 03 merendeiras, 03 vigias e 06 auxiliares de conservação e limpeza.

A área da escola dispõe de 20 salas de aula, (das quais, 01 é utilizada como brinquedoteca, outra como sala de reforço e de leitura); 06 banheiros (02 adaptados para cadeirantes) 01 laboratório de informática – também utilizado como sala de vídeo, 01 parquinho (que se encontra desativado por falta de manutenção), 01 pátio coberto, 01 quadra de esportes (que necessita de reforma).

Fica localizada em uma comunidade carente, onde os profissionais tomam conhecimento das carências afetivas e materiais por parte de alguns dos alunos e em situações mais graves, quando a escola não consegue dá um suporte necessário através da equipe de apoio à aprendizagem ou não consegue orientar a família, no caso de negligência, encaminha ao conselho tutelar. A sua grande maioria não tem oportunidade de lazer e normalmente essa oportunidade é oferecida apenas através da escola, com passeios, festas comemorativas ou temáticas, culminância de projetos e momentos de ludicidade.

O trabalho da escola é direcionado pelo Projeto Político Pedagógico. No início do ano, na "Semana Pedagógica", (que na verdade não é exatamente uma semana), a equipe gestora, coordenadores, professores, equipe de apoio à aprendizagem: psicólogo, pedagoga, professora da sala de recursos e todos os envolvidos no processo, participam de momentos onde reúnem os dois turnos, manifestam suas ideias, discutem o que deu certo no ano anterior, o que deve continuar, as mudanças necessárias, as principais necessidades da escola, projetos que serão prioridade durante o ano, os objetivos que desejam alcançar e todos participam das decisões.

Durante todo o ano letivo, os professores reúnem na coletiva e acertam os detalhes do que vai ser colocado em prática, sempre com a participação de um membro da direção, e em outro dia da semana, por série/ano é realizado o planejamento semanal dirigido e acompanhado pelas coordenadoras de acordo com a organização curricular e ações pertinentes à instituição como, conteúdos que serão trabalhados, reforço escolar, reagrupamento, projeto interventivo e outros, sempre trabalhando em parceria e apoio da direção e coordenação.

A equipe gestora procura envolver e convidar a comunidade a participar de atividades na escola, culminâncias de alguns projetos com exposições e apresentações das crianças, como: Festa Cultural, Junina, Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, Projeto Diversidade, Semana da Educação Infantil, Semana da Criança, como também palestras e passeios, bazar beneficente, entre outros, visando a atender as necessidades da comunidade e acolher o educando e sua família com uma educação pública de qualidade de acordo com a realidade e possibilidades.

A Inclusão Escolar é um tema muito discutido e está cada dia mais presente na nossa realidade. Partindo do princípio de que os Direitos Humanos surgiram para assegurar a qualquer pessoa que seja respeitado como cidadão em todos os aspectos como a nacionalidade, religião, opinião, raça, etnia e preferências sexuais, é de fundamental importância que seja assegurado o direito à educação pública de qualidade e que essa educação alcance todos, sem privilégios.

Precisamos garantir uma educação sem exclusão. O aluno com necessidades educacionais especiais é um dos maiores desafios da escola e principalmente do gestor escolar, que tem um papel fundamental na garantia de uma educação de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza, respeitando-o na sua individualidade.

Trabalho há nove anos com turmas de inclusão na escola regular e apesar dos avanços e conquistas, observo a realidade vivenciada e as dificuldades que são encontradas na prática e sinto a necessidade de pesquisar e conhecer mais a dinâmica da escola e o papel do gestor escolar no sentido de direcionar as ações e intervenções necessárias na garantia dos direitos de todos os educandos e avaliar se a escola realmente está preparada para receber adequadamente as crianças com necessidades educacionais especiais. Por isso, a motivação pela temática, a fim de aprofundar os meus conhecimentos nessa área tão envolvente. Dessa forma, o problema a ser pesquisado é: Quais são as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da Escola Classe Esperança junto às famílias no processo de inclusão dos ANEEs para que tenham seu direito respeitado?

Objetivo geral

Analisar as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da Escola Classe Esperança junto às famílias no processo de inclusão dos ANEEs (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais) para que tenham seus direitos respeitados.

Objetivos específicos

- Analisar as práticas pedagógicas e administrativas da gestão escolar voltadas para o Atendimento Educacional Especializado.
- Identificar os principais avanços e problemas enfrentados pela escola no processo de inclusão.
- Analisar a importância do envolvimento da família na inclusão escolar.

A seguir será apresentado o Referencial Teórico que embasou o desenvolvimento deste trabalho, abordando assuntos relacionados ao papel do gestor escolar, aos principais avanços e problemas enfrentados pela escola no processo de inclusão no Ensino Regular, à formação continuada para atuação na educação inclusiva, ao Atendimento Educacional especializado (AEE) e à participação da família no processo de inclusão escolar. O capítulo seguinte abordará como se deu a operacionalização da pesquisa, de forma a atingir o seu objetivo. Serão abordados o delineamento da pesquisa, participantes do estudo, instrumentos de pesquisa e finalmente os procedimentos de coletas de dados e análises dos resultados.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O papel do gestor escolar

O papel do gestor escolar atualmente difere muito do que antes ocorria. O gestor era escolhido por indicação, a comunidade escolar não tinha o direito de opinar, transmitia uma imagem autoritária e tomava suas próprias decisões sem a necessidade de consultar uma equipe.

Hoje, com a “Gestão Democrática”, o gestor, passando por um processo de eleição, automaticamente passa por um processo de avaliação e reavaliação do seu trabalho e postura. O mesmo deve realizar um trabalho transparente, voltado para o interesse e bem comum da maioria, compartilhar interesses, contar com o apoio de toda sua equipe de profissionais e a partir daí, traçar o seu plano de trabalho, com base na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

Compete também ao gestor, administrar com seriedade e compromisso, questões relacionadas à utilização de verbas destinadas à educação, priorizando as necessidades administrativas e pedagógicas.

Com as transformações na sociedade, nos sistemas educacionais e a necessidade de mudanças na estrutura, focados na inclusão escolar, o gestor precisa estar envolvido na implementação de programas, adaptações e planejamentos na construção coletiva da identidade da escola, que envolvam toda a comunidade escolar no sentido de atender as necessidades de todos os educandos.

Em todo o plano de trabalho elaborado, cabe ao dirigente escolar a responsabilidade e o comprometimento de buscar estratégias junto ao seu grupo de trabalho para pôr em prática o planejado, apesar dos conflitos e problemas que devem ser enfrentados, visando à educação pública de qualidade.

De acordo com Lück, (2001, apud DUTRA & GRIBOSKI, 2006) o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação e responsabilidade de todos nas decisões necessárias e um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (BRASIL, 2008) estabelece como objetivo assegurar o processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial, de modo a garantir:

Acesso com participação e aprendizagem no ensino comum; oferta do atendimento educacional especializado; continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino; promoção da acessibilidade universal; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação dos profissionais da educação e comunidade escolar; transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; e articulação inter setorial na implementação das políticas públicas.

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço educacional, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional (BRASIL, 2008, p. 14).

Com base nas propostas apresentadas, podemos perceber a importância do papel do gestor escolar diante da construção da escola inclusiva, garantia de acessibilidade aos alunos, proporcionando uma gestão democrática e participativa e mudanças no sistema educacional e uma proposta que ofereça uma nova organização da escola.

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores tenham inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (SAGE, 1999, p. 138, apud (MEC/SEESP, 2011. P. 48).

Sage (1999, p. 129), citado por (CAPELLINI E TEZANI 2011) analisa a relação entre o gestor educacional e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas. Para o autor, “os gestores educacionais são essenciais nesse processo, pois lideram e mantêm a estabilidade do sistema.” Acrescenta que “o desenvolvimento da equipe proporciona a oportunidade de identificar lideranças na unidade educacional, o que encoraja a ajuda mútua entre os professores e assim reforça comportamentos cooperativos.” Neste sentido, caberá ao gestor educacional oportunizar momentos de interação, trocas de experiências e decisões construídas coletivamente, visando a ações que contribuam efetivamente para a construção de uma escola inclusiva.

Para a consolidação da atual proposta de educação inclusiva, (Sant'ana2005) afirma que: é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe educacional no planejamento dos programas a serem implementados. “Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão educacional seja efetivada nas escolas.” (SANT’ANA, 2005, p. 228, apud CAPELLINI E TEZANI, 2011 p.48). Portanto, cabe ao gestor envolver e tomar providências de caráter pedagógicas e administrativas no desenvolvimento dos projetos voltados para a educação inclusiva.

1.2 O campo de atuação do gestor escolar e o respeito às diferenças

A educação é um dever do Estado e um direito do cidadão que deve ser protegido por lei e garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos na educação básica. Uma educação que deve contribuir para a socialização do indivíduo e sua inserção no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, Cury (2002), cita o art. 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e os pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação, contribuem para a garantia desse direito e para que a escola crie condições de cumprir com o seu papel através do gestor escolar e sua equipe.

Com base na lei, Cury (2002) coloca o gestor diretamente ligado à garantia dos direitos à educação. Com base nas suas orientações, podemos relacionar alguns aspectos voltados para a atuação do gestor escolar:

- Garantir o direito de acesso, permanência e sucesso de seus educandos.
- Assumir e liderar a efetivação dos direitos, no âmbito de suas atribuições.
- Responsabilidade pela gestão do projeto pedagógico, liderança e garantia do padrão de qualidade. Participação ativa em relação ao qual seu plano de trabalho deve ser cumprido, incluindo não só o cumprimento dos dias e horas de aula estabelecidos pela lei, bem como a recuperação dos estudantes com menos rendimento.

- Liderar propostas que devem ser trabalhadas pelos estabelecimentos escolares, de modo a deixar claro o calendário escolar, organização pedagógica, os conteúdos curriculares, as formas de aproveitamento de estudos, os processos avaliativos e as formas de recuperação.

- Garantir para o estudante, de acordo com o art. 24, o direito a no mínimo 200 dias letivos. Buscando alternativas para o cumprimento bem antes que atinja 100 horas de falta.

- Assegurar aos alunos o direito à escola pública e gratuita próxima à residência do estudante.

- Conhecer elementos básicos da dinâmica do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) Atenção com relação ao livro didático, à merenda e devido transporte, no que se refere à sua relação às autoridades incumbidas desses atendimentos.

Ainda segundo Cury (2002), compete ao gestor a elaboração de regimentos internos, a busca pelos recursos gerais que competem à escola, prover a recuperação de alunos de menor rendimento e a recuperação paralela, como também instituir na gestão democrática, novos campos de articulação e de consulta, como os conselhos de classe, de pais e mestres, de merenda, etc...

Em outras palavras, a escola deve trabalhar na perspectiva de gestão democrática, com projetos que visam a assegurar o acesso, permanência, com o controle de faltas e orientações aos pais dos alunos faltosos, que é feito pela equipe de apoio e qualidade do ensino das crianças. Compete ao gestor, incentivar os professores a trabalhar com projetos que visam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais como também os que objetivam a recuperação de alunos com defasagem idade/série e recuperação da autoestima como o Reagrupamento e Projeto Interventivo, palestras voltadas para os pais sobre os direitos das crianças, maus tratos, trabalho infantil, bullying, abuso sexual, e outros, onde a gestão escolar deve estar sempre envolvida participando, incentivando e apoiando em todas as fases dos trabalhos.

A equipe gestora precisa dialogar, participar ativamente das reuniões, coletivas e planejamentos em geral, reavaliando os trabalhos executados e as possibilidades de adaptações, culminância de projetos, envolvendo a comunidade e as atividades que estão sendo desenvolvidas.

No Brasil, novos direitos estão sendo reconhecidos, como o Ensino Fundamental de 9 anos que inclui as crianças de 6 anos e o caso dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) que devem ter o seu direito respeitado, receber um atendimento

especializado com adequações curriculares e físicas, ou seja, que atenda as suas peculiaridades.

Nesse sentido, Cury (2002) defende que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. Essa medida é uma oportunidade de crescimento do cidadão, que parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural onde o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

As ideias apresentadas nos mostram que a educação não envolve apenas conteúdos, mas todos os aspectos sociais como valores, respeito às diferenças, igualdade de direitos e a possibilidade de uma sociedade mais justa e humana.

À gestão escolar compete implementar ações que garantam a formação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades de ensino. Ela pode se dar por meio de palestras informativas e formações em nível de aperfeiçoamento e especialização para os professores que atuam ou atuarão no AEE. (MEC/SEESP, 2009).

Portanto, é papel do gestor escolar direcionar, incentivar a formação, aprendizagem e atualização dos professores e profissionais que atuam na escola, pais e comunidade escolar, ações que devem consistir em um dos objetivos do PPP. Este documento deve apresentar ações de formação e inclui os aspectos ligados ao estudo das necessidades específicas dos alunos especiais. Um estudo que não é exclusivo e não deve ser interesse apenas dos professores que atuam no AEE, mas de todos os envolvidos.

1.3 Os principais avanços e problemas enfrentados pela escola no processo de inclusão

No Brasil, os sistemas de ensino ainda têm um caminho a percorrer para assegurar uma boa educação a TODOS. É importante compreender que a inclusão não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino.

A nova realidade da escola comum está diretamente ligada à educação inclusiva, ou seja, o sistema educacional escolar do ensino regular deve oferecer na sua prática, escolas

capazes de atender e desenvolver um papel social voltado para as minorias que sofrem com a exclusão e discriminação por parte dos colegas, oferecendo condições de igualdade para que os mesmos desenvolvam suas habilidades e potencialidades e tenham seus direitos respeitados independente da sua condição social.

A política de educação inclusiva desenvolvida pelo Ministério da Educação, conforme Dutra (2006), pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, a partir dessa premissa são implementadas diretrizes e ações relacionadas aos serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos com deficiência, visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular.

Neste sentido Bueno (2001 apud CAPELLINI E RODRIGUES 2009) afirma que a inclusão escolar estabelece que as diferenças humanas sejam esperadas, no entanto reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência das diferenças de origens pessoais, sociais, culturais e políticas e propõe como reação à reestruturação do sistema educacional, prover uma educação de qualidade para todas as crianças.

Sobre o processo inclusivo Stainback e Stainback (1999 apud CAPELLINI E RODRIGUES, 2009) ressaltaram os três componentes básicos que necessitam estar interligados:

O primeiro é o componente organizacional, incluindo direção, coordenação, supervisão, orientação e toda rede de apoio; o segundo é o trabalho em equipe, no qual docentes e técnicos trabalham juntos no planejamento e na implementação de programas visando à integração de todos os alunos e o terceiro, está relacionado ao ambiente em sala de aula, que deve ser acolhedor e facilitador do processo de aprendizagem, possibilitando a todos os alunos a aquisição de habilidades indispensáveis pertinentes àquele contexto social.

Destacam ainda que muitos são os fatores que ainda dificultam a efetivação da inclusão escolar, partindo do pressuposto de que, devido às suas deficiências, a criança necessita de ensino especial e que terá melhor desempenho se inserida em ambientes onde os demais tenham dificuldades ou deficiências semelhantes. Sendo assim, não há qualquer estímulo para que professores de turmas regulares se esforcem ou se dediquem aos alunos que possuem deficiências. Os professores podem se julgar até incapazes, já que ensinar crianças com necessidades especiais é uma tarefa para especialistas em educação especial.

Para Oliveira (2002), citado por Capellini e Rodrigues (2009), muitos professores isentam-se de qualquer responsabilidade, culpando o meio socioeconômico e cultural do aluno, afirmando que a incapacidade está no mesmo, ou ainda, que o aluno não é dedicado ou

não se esforça para aprender o que lhe é ensinado. Acreditar que as classes especiais ou escolas especiais serão sempre a melhor opção para as crianças com deficiência significa limitar seus processos de aprendizagem. Numa concepção histórico-materialista, é o aprendizado que possibilita e movimenta o processo de aprendizagem. Isso quer dizer que, além das condições orgânicas, faz-se necessária interação social, pois possibilita à criança a experiência de situações que contribuem de forma significativa para o seu aprendizado.

Para De Carlo e Bartalotti (2001 apud CAPELLINI E RODRIGUES 2009) “não apenas as condições orgânicas e maturacionais são necessárias para que o indivíduo se desenvolva. A interação social, a troca com outros indivíduos é que promove a aprendizagem.” Segundo os autores “não basta proporcionar ao sujeito situações de interação, o que significaria apenas sua inserção no sistema escolar.” A relação educativa se estabelece a partir de medidas planejadas pelo professor que possibilitem a aprendizagem. É necessário conhecer aquele indivíduo, sua cultura, seu meio social e suas experiências para garantir a efetividade da relação de ensino-aprendizagem.

Portanto, o ideal é que a escola identifique o perfil do aluno e as necessidades educacionais presentes, desenvolva experiências e produza conhecimento sobre práticas e procedimentos que devem estar inseridos no projeto pedagógico da escola e garanta a igualdade de oportunidades a todos.

Nessa ótica, Capellini e Rodrigues (2009) acreditam que não são os especialistas e nem os métodos exclusivos que garantirão aos alunos com deficiência a possibilidade de se integrarem à escola comum, mas um esforço efetivo, visando a capacitar os professores para trabalharem com diferenças e diversidades.

Para Mantoan (2003), apud Capellini e Rodrigues (2009) falar de inclusão em nossa sociedade é um desafio, pois a inclusão deve romper com os estereótipos que sustentam o tradicionalismo das escolas, superando o sistema tradicional de ensinar, questionando “modelos ideais” e a normalização de perfis específicos de alunos. A escola inclusiva direciona sua metodologia de ensino para a quebra de preconceitos, não diferenciando o saber pedagógico, mas reforçando os mecanismos de interação e integração. Ou seja, incluir não é apenas colocar a criança na escola, mas proporcionar um ambiente onde todos tenham acesso, oportunidades iguais e sejam valorizados dentro da sociedade e comunidade escolar.

Para Mantoan (2008), ainda há muitas barreiras a serem ultrapassadas para que a educação inclusiva seja de fato e de direito, uma conquista da educação brasileira e que

embora esteja crescendo o número de matrículas desses alunos nas escolas comuns, estas precisam se mobilizar mais no sentido de compatibilizar suas intenções inclusivas com suas propostas de trabalho pedagógico e com o aprimoramento do processo educativo de todos os alunos. Acrescenta ainda que mudanças substanciais na organização pedagógica do ensino comum constituem um grande desafio, que não está sendo suficientemente percebido pelos sistemas de ensino e que atribui à educação especial a condução do projeto inclusivo em nossas escolas, persistindo a ideia de que os alunos com deficiência e demais alunos da educação especial são os únicos excluídos de suas turmas.

De acordo com ROPOLI, et al (2010) muitas decisões precisam ser tomadas pelas escolas ao elaborarem seus Projetos Político Pedagógicos, entre as quais destacam algumas, que segundo eles, estão diretamente relacionadas com as mudanças que se alinham aos propósitos da inclusão como fazer da aprendizagem o eixo das escolas, garantindo o tempo necessário para que todos possam aprender e reprovar a repetência; abrir espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam praticados por seus professores, gestores, funcionários e alunos; valorizar e formar continuamente o professor, para que ele possa atualizar-se e ministrar um ensino de qualidade.

Acrescentam ainda que é frequente a escola seguir outros caminhos, adotando práticas excludentes e paliativas que as impedem de dar o salto qualitativo que a inclusão demanda que elas se apropriam de soluções utilitárias prontas para o uso, alheias à realidade de cada instituição educacional, sendo necessário existir uma entrega, uma disposição individual ou grupal de sua equipe de se expor a uma experiência educacional diferente das que estão habituados a viver.

1.4 A formação continuada para atuação na educação inclusiva.

A discussão sobre Educação Inclusiva é muito presente no contexto atual. Com o objetivo de oferecer uma escola pública de qualidade a todos, as Políticas Públicas Educacionais enfatizam o respeito às diferenças e não permitem qualquer tipo de segregação, exclusão ou preconceito.

Para atuar e adaptar-se à nova realidade da inclusão escolar e em especial no AEE, os professores devem ter formação específica, para que atendam os objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, participar de cursos de formação continuada,

de especialização ou de aperfeiçoamento, indicados para essa formação, com o objetivo de atualizar e ampliar os conhecimentos, conteúdos e práticas de adaptações e melhor atenderem os alunos, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e um ensino de qualidade.

Bridie Villagran (2011) destacam que em especial, após a publicação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) acompanha-se, de forma mais enfática, o ingresso de alunos considerados da Educação Especial no sistema comum de ensino. Surgindo, a partir daí, uma maior visibilidade frente à eliminação do caráter substitutivo da Educação Especial e a defesa na sua função complementar e suplementar, constituindo-se como responsabilidade da mesma, realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma articulada com o ensino comum. Neste sentido, acrescentam ainda que:

A oferta desse serviço vem acompanhada da implementação das Salas de Recursos Multifuncionais e de forte investimento na formação de professores para atuarem em tal espaço. Frente às novas exigências da atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado que visam o trabalho pedagógico com as diferentes categorias de alunos da educação especial, bem como a realização de um trabalho articulado com o ensino comum previsto na proposta pedagógica da escola, temos acompanhado a reformulação nos cursos de formação de professores no âmbito da Educação Especial, tanto na formação inicial como na formação continuada. (BRIDI e VILLAGRAN 2011, p.62-63).

Dessa forma, a formação continuada dos professores e principalmente a participação no Curso de AEE, possibilita maior oportunidade e maior conhecimento para orientação na escola durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico, para que o mesmo esteja de acordo com as necessidades da comunidade e atenda as necessidades da Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Segundo a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), citada por Bridi e Villagran (2011) para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Acrescenta ainda que essa formação possibilita ao professor sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

As práticas inclusivas são desafiadoras. A construção de novas teorias e práticas visa à eliminação de dificuldades e barreiras existentes. Para isso, percebe-se a necessidade de

formação continuada, não apenas do professor que atua no Atendimento Educacional Especializado como também do professor da sala de aula comum, focando no trabalho coletivo, colaborativo e articulado entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Ainda de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), apud Bridi e Villagran (2011), para que a inclusão seja consolidada, é importante que as escolas trabalhem com uma abordagem fundamentada no currículo, pois esta despreza as noções de categoria, protecionismo e segregação, dando prioridade à pesquisa, à colaboração e ao processo de forma global e que esta forma de trabalho prioriza a individualidade de cada aluno, compreendendo as dificuldades sentidas pela criança a fim de introduzir melhorias na prática docente.

Em relação ao educador, Oliveira (2000) citado por Capellini e Rodrigues (2009), diz: “Um educador, a partir de um bom conhecimento do desenvolvimento do aluno, poderá estimulá-lo de maneira que todas as áreas, como psicomotricidade, cognição, afetividade e linguagem, estejam interligadas.” (p. 37).

1.5 A educação inclusiva de acordo com a lei 9394/96.

A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.”

A educação inclusiva não significa apenas a aceitação dos alunos na escola com suas diferenças e deficiências, mas a valorização da diversidade como uma condição humana que é

colocada para a educação como um desafio, com condições e oportunidades de avançar no processo de educação, tendo como pressuposto a escolarização e a oferta do atendimento educacional especializado a todos aqueles que necessitarem, a partir da organização das escolas para inclusão dos alunos nas classes comuns do ensino regular.

A realidade social em que a escola está inserida é marcada pelas desigualdades e tem reflexos na educação. A partir daí surgem os questionamentos como a educação que queremos e que necessitamos. Sendo assim, é inevitável falar de educação inclusiva sem relacionar com o processo de exclusão e as necessidades de mudanças e avanços que devemos buscar novos planejamentos, a busca pela formação de professores e o modo de repensar a educação que a inclusão provoca na prática do dia a dia.

A educação inclusiva é um tema da atualidade e necessita de mudanças e apoio das políticas públicas no sistema educacional e contexto social do nosso país, leis e diretrizes inspiradas nos direitos humanos que suscitam mudanças no sistema educacional, fazendo com que a escola assuma a responsabilidade junto à sociedade, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade, respeitando e valorizando as diferenças na promoção da cidadania e melhor qualidade de vida dos ANEEs.

Segundo Dutra e Griboski (2005), inclusão significa transformação do sistema educacional de forma a organizar os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos e se fundamenta em três fatores:

o primeiro é a presença do aluno na escola enquanto sujeito de direito, estar na escola junto aos demais colegas da sua faixa etária e na sua comunidade; o segundo é a participação, o relacionamento livre de preconceito e discriminação, em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível; o terceiro fator é a construção de conhecimentos, que significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e se desenvolvendo.

A escola inclusiva precisa estar preparada para eliminar as barreiras, identificar as principais dificuldades que impedem a integração e o acesso do aluno ao conhecimento, fazendo adaptações e adequações na construção do Projeto Político Pedagógico e nas práticas administrativas e pedagógicas da escola.

É uma questão de direitos humanos, depende de políticas e de ações planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população, voltadas para política de inclusão assumida pelo Ministério da Educação.

Desenvolvem-se através de elaboração, orientações e planejamentos pedagógicos. Cabe, portanto, ao gestor escolar, a coordenação, o compromisso e envolvimento da escola com as ações que devem ser desenvolvidas na garantia do direito de todos sem exclusão.

O programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, coordenado pela Secretaria de Educação Especial/MEC, citado por Dutra e Griboski (2005).

Orienta para necessária transformação da escola e criação de alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas de ensino regular. É um programa que tem como objetivo a transformação dos sistemas educacionais a fim de assegurar a todos os alunos o acesso e a permanência na escola sem nenhum tipo de discriminação, assumindo o compromisso de transformação política, administrativa, didática e pedagógica do contexto educacional.

É um programa focado em duas grandes linhas de ação, uma no desenvolvimento da fundamentação da política de educação inclusiva e outra na formação de gestores e educadores dos sistemas educacionais. Dutra e Gibroski (2005) ressaltam que com parâmetros para a difusão e implementação prática dos princípios da educação inclusiva no município, na escola e na família, o programa proporciona estratégias de participação de gestores e educadores em fóruns de formação e diretrizes do acompanhamento de indicadores para a gestão da educação especial no município, na perspectiva da educação inclusiva.

Para o desenvolvimento e consolidação dos sistemas educacionais inclusivos, além de documentos legais, é de fundamental importância que a escola busque orientações pedagógicas para educadores e gestores, organizações e adaptações para o atendimento às necessidades educacionais dos educandos, aliados a projetos amplos envolvendo formação continuada para os professores e profissionais da educação e a partir daí, a abertura de espaços de reflexão sistemática e interação de toda a escola.

Para Jerusalinsky e Páez, (2001), citados por Dutra e Griboski (2005), são poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão.

Na visão de Mantoan (2002), uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de

redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento.

Considera-se que para que a gestão escolar atue de acordo com os sistemas educacionais inclusivos, é necessário o cumprimento da legislação, garantir o acesso, identificação das principais necessidades, as condições favoráveis à realização do diagnóstico, equipes de apoio especializado, a formação continuada com a participação dos professores e demais profissionais da educação, uma comunidade participativa, conselhos escolares, adequações curriculares e adaptações das necessidades para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

De acordo com Stainback e Stainback (1999) citado por Capellini e Rodrigues (2009), para o planejamento do currículo inclusivo, o professor deverá questionar-se sobre a capacidade dos alunos de participar da atividade da mesma forma que os demais, as possíveis modificações e quais expectativas devem ser modificados para garantir a plena participação do aluno nessa aula.

Ainda segundo Stainback e Stainback (1999) citado por Capellini e Rodrigues (2009), a partir daí, alguns cuidados devem estar presentes no processo de ensino da criança com deficiência, como por exemplo, dividir a tarefa em passos menores, eliminar algumas etapas da atividade, como copiar enunciados, se a criança tem dificuldade para escrever, prover acompanhamento mais amigável, se a criança se distrai durante a execução da tarefa, etc.

Mas, é preciso ter consciência dos perigos de subestimar o que a criança é capaz de realizar. Às vezes, a insegurança e o desejo de ajudar do professor são grandes, mas pelo desconhecimento que tem em relação às potencialidades da criança, submete-a a programas educativos reduzidos, caracterizados pela falta de desafios e de estímulos.

O trabalho em torno de um projeto político pedagógico forte criará um sistema de colaboração e cooperação nas relações sociais, formando uma rede de autoajuda na escola, estabelecendo uma parceria com os pais. Em função do tema diversidade, a perspectiva da prática pedagógica caminha a fim de pensar uma *pedagogia das diferenças na sala de aula*.

De acordo com Capellini e Rodrigues (2009), há, porém, muitos professores que admitem e reconhecem as limitações e os perigos da abordagem fundamentada no aluno para justificar as dificuldades de aprendizagem. Para eles, a abordagem fundamentada no currículo já é a mais apreciada, pois procuram desenvolver novas tecnologias para esses alunos que, geralmente são excluídos das escolas regulares. É importante que o professor perceba que sentir dificuldades é um aspecto normal da aprendizagem para qualquer aluno, não

necessariamente indicando que algo está mal com a criança. Ao contrário da abordagem fundamentada no aluno, a nova maneira de enxergar a educação reconhece que embora as diferenças individuais da criança influenciem o seu progresso, o professor tem um papel decisivo, ou seja, as dificuldades de aprendizagem estão intimamente ligadas com as decisões tomadas pelo professor, com as atividades que ele propõe, com os recursos utilizados e com a organização da sala de aula.

Conforme demonstrado no estudo de Mendes, Rodrigues e Capellini (2003) faz-se necessário o apoio e o treinamento aos professores, pois em determinadas situações, sentem-se despreparados para trabalhar com esses alunos. Por outro lado, a comunidade em geral ainda cria muitos mitos e carece de informações e apoio necessário no processo de inclusão e adaptações dos ANEEs.

1.6 O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A escola inclusiva deve atender todos com igualdade de direitos, buscando atender as necessidades e oferecer um espaço no qual todos os alunos constroem o seu conhecimento de acordo com suas capacidades, sejam livres para expressar suas ideias, participar ativamente de todas as atividades de ensino e que tenham suas diferenças respeitadas como todos os outros.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial no qual a escola deve elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

É um atendimento que complementa as atividades fora de sala de aula, visando o desenvolvimento social e autonomia do educando. Acontece principalmente em escolas comuns, em uma sala especial denominada Sala de Recursos Multifuncionais e deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola.

De acordo com MEC/SEESP (2008), fica estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008 o atendimento em escola comum aos alunos considerados pela ONU, (2006), alunos com deficiências, que apresentam limitações de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação

plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, como também alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

O Atendimento Educacional Especializado, segundo (MEC/SEESP, 2009) deve estar de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Nessa perspectiva, requer a construção de uma proposta pedagógica, serviços de apoio e a formação continuada dos professores do AEE. A prioridade é para que esse atendimento ocorra na escola comum, ou seja, realizado na própria escola do aluno para que suas principais necessidades educacionais sejam atendidas no ambiente escolar fazendo com que o aluno interaja com todos da escola comum e que atuam no ensino regular e educação especial ao mesmo tempo, ou seja, um ambiente comum a todos sem a necessidade de atendimento em outro ambiente de educação especial exclusiva.

Para que essa interação aconteça realmente, é necessário que haja um envolvimento dos professores da classe comum e da Educação Especial. As habilidades desenvolvidas no AEE devem complementar as atividades desenvolvidas em sala de aula, contribuindo para que o aluno desenvolva sua autonomia e independência e participe ativamente com os outros colegas, nas atividades em comum.

Com base nesta proposta de articulação entre a escola regular e Ensino Especial, cabe ao professor de Educação Especial, ou seja, da Sala de Recursos, desenvolver atividades que envolvam os gestores, professores, coordenadores e supervisores, buscando alternativas e planejamentos que beneficiem os alunos, garanta melhor qualidade de ensino e devem cumprir os eixos privilegiados de articulação determinados através do (MEC/SEESP, 2009), como: a elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico, onde a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar; estudos e identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial;

Discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar; Desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula e o acompanhamento conjunto da utilização dos recursos e do progresso do aluno no processo de aprendizagem; A formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que pode promover a exclusão escolar.

Para atuação no AEE, os professores devem ter formação específica que atenda aos objetivos da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação. Os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos para melhor atender a seus alunos. Este deve ser um dos objetivos específicos, a aprendizagem permanente de professores, demais profissionais que atuam na escola e também dos pais. Não é exclusivo dos professores que atuam no AEE.

Portanto, o gestor escolar deve implementar e incentivar as ações que garantam a formação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades de ensino, tanto através de palestras informativas e formações em nível de aperfeiçoamento e especialização para os professores que atuam ou atuarão no AEE.

Nesta perspectiva, o professor da Educação Especial não é mais um especialista em uma área específica. Suas atividades desenvolvem-se preferencialmente nas escolas comuns no atendimento educacional especializado aos alunos, público-alvo da educação especial, de acordo com (MEC/SEESP, 2009) as seguintes atribuições: Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação que possa ajudá-los a superar; Reconhecer e identificar as necessidades e habilidades do aluno; Produzir materiais adequados e adaptados; Elaborar e executar o plano de AEE, voltados para os recursos educacionais e de acessibilidade; Organizar o tipo e o número de atendimentos necessários; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva; Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde e assistência social.

Portanto, dentre as atribuições do professor de Sala de Recursos que faz o Atendimento Educacional Especializado na escola comum, buscar a interação entre todos os setores da escola e elaborar um planejamento específico e ações sincronizadas em parceria com toda a comunidade escolar é essencial.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE deve ser realizado em espaços dentro das escolas de educação básica, que são organizadas com materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos específicos, recursos de acessibilidade para o atendimento em turno contrário à escolarização.

O programa de Atendimento Educacional Especializado é mais uma ação que fortalece o processo inclusivo a partir da reelaboração do ambiente educacional, a fim de efetivar e fortalecer o processo de inclusão escolar na construção de uma sociedade inclusiva. Cabe ao gestor da escola, estar inteirado e diretamente envolvido no sentido de acompanhar os trabalhos para que se cumpram as funções, garantindo, além do direito de acesso, a permanência e sucesso de todos os educandos com necessidades educacionais especiais para que recebam o atendimento adequado.

1.7 A família no processo de inclusão

Em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (1994, p.17) a Educação Especial é um processo educacional, que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas, altas habilidades e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas do seu alunado.

Naturalmente, toda pessoa tem suas necessidades. Aqueles que não podem beneficiar-se da educação comum e seus programas, necessitam de apoio, adaptações e modificações de forma que possam se tornar capazes de desenvolver suas potencialidades e viver em sociedade. Portanto, é necessário adequar a estrutura de ensino, os métodos e conteúdos de acordo com as necessidades de cada um, e assim, proporcionar a construção de conhecimento. Neste contexto, surge a educação e sociedade inclusiva com o objetivo de proporcionar uma oportunidade para todos, sem distinção de cor, raça, religião ou necessidades.

Sendo assim, a família e a escola devem trabalhar em parceria, encontrar caminhos que fortaleçam a integração/inclusão. É necessária a conscientização das pessoas envolvidas para que o aluno receba o atendimento adequado na escola.

Por outro lado, de acordo com Lopes e Marquezan (2000), pesquisas apontam algumas questões mais preocupantes no processo de inclusão como a falta de preparo de professores de classe comum; nem todos os alunos com necessidades educacionais especiais são aptos para a inclusão, alguns precisam de atendimento educacional especializado e a participação da família que é de grande relevância tem ficado aquém do necessário.

Neste sentido, Lopes e Marquezan (2000) afirmam ainda que a família é o primeiro e principal grupo social em que vivemos. Nela aprendemos a construir nossa individualidade e independência, por isso é essencial que as famílias troquem experiências, os pais precisam evitar a superproteção, estarem mobilizados e conscientes para trabalhar em parceria com a escola. Sendo assim, a família e a escola devem encontrar caminhos que fortaleçam a integração/inclusão. É necessária a conscientização das pessoas envolvidas para que o aluno receba o atendimento adequado na escola.

Ainda segundo Lopes e Marquezan (2000), com o objetivo de identificar o envolvimento da família no processo de inclusão, foi realizada uma pesquisa com 10 famílias. Os resultados evidenciam que, entre as famílias pesquisadas, há envolvimento destas com a escola de seus filhos e entre si, com os professores. Alguns casos mostram que os pais, embora inibidos, conseguiram fazer um bom trabalho para seus filhos e acrescentam que foi observado maior desenvolvimento nos casos em que os pais estavam ativos e participativos. Portanto, é um grande desafio para pais e professores, mas com competência e boa vontade da família e colaboração de cada membro, farão a diferença na certeza de que todos precisam de apoio, compreensão e estímulos. A escola não trabalha sozinha, a participação da família é decisiva no processo de inclusão, requer múltiplos esforços e a colaboração de todos os segmentos da sociedade.

Souza e Góes (1999) afirmam que a análise da inclusão deve ser cautelosa, porque embora a ideia de escola para todos pareça ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os excluídos, atendendo supostamente aos ideais progressistas, ela (escola) mantém as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam aparentemente incluídos. Portanto, existe uma dicotomia entre o discurso oficial e a prática, uma vez que não é respeitado o que está estabelecido na própria LDB. O Artigo 58, Capítulo V, define a Educação Especial como a modalidade escolar para educandos portadores de necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, prevendo a existência de serviços especializados para atender às particularidades deste educando.

Para que seja oferecida verdadeiramente uma educação para todos, é necessária a construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, cada indivíduo, cada grupo. É necessário entender a educação para além do ambiente escolar, envolvendo o grupo de fundamental importância: a família.

Sendo assim, as expectativas familiares podem contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos como também para a estagnação desse processo. Além do conhecimento dos seus direitos legais, a família precisa exigir que o ambiente escolar cumpra o seu papel educativo, se transformando em um agente que assume um papel importante de atitudes positivas, aceitação das diferenças, impulsionando o desenvolvimento dos filhos.

Nesta perspectiva, Ferreira e Ferreira (2004) destacam que há indícios de que algumas situações educacionais de superação de dificuldades na escolarização têm sido devido à participação da família. O reconhecimento legal e a importância da participação da família no processo de escolarização encontram-se explícitos em documentos como: Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90, Artigos, 4º e 55º); Plano Nacional da Educação (PEQUENO, 2010); Política Nacional de Educação Especial (Diretrizes gerais); LDB (Lei 9.394/96, Artigos 1º, 2º,6º e 12º. Considerando que independente do modelo como se apresente, a família pode se constituir em espaço de influências, negativas ou positivas e o cenário educacional atual, voltado para a política de inclusão cria novos desafios para os estudantes e todos os envolvidos no processo, mais diretamente, a família.

Não adianta admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade, até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois essas se destinam a receber alunos aos quais impõe uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais.

Para Santos (2002), a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades e que o princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. Esta deve reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, por meio de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégia de ensino, utilização de recursos, de parcerias. Para isso, esses educandos devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva.

Analisando as opiniões de diversos autores, eles são unânimes em considerar que a perspectiva da inclusão exige mudanças profundas que não podem ser implementadas apenas por decretos legais, mas exigem ousadia, vontade governamental, e acima de tudo, prudência e bom senso. Concordam que a inclusão é um desafio e deve ser encarado e abraçado por todos os grupos sociais, exige mudanças na escola, família e sociedade como um todo. Dessa forma, a educação inclusiva não se restringe apenas à adaptação física e aceitação da pessoa com necessidades especiais, muito menos às adequações, flexibilizações curriculares e objetivos escolares, mas um redimensionamento das práticas pedagógicas, formas de convivência, respeitando cada um como sujeito do processo com todo o apoio da comunidade escolar e principalmente envolvimento da família.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho constitui-se em uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa de campo com aplicação de questionários, junto ao gestor, profissionais da equipe de apoio à aprendizagem, professores que atuaram ou atuam com os alunos com necessidades educacionais e pais dos alunos da Escola Classe Esperança. Os participantes foram orientados através de uma conversa inicial sobre os objetivos da pesquisa, qual metodologia, o que se pretendia e que não seriam identificados.

2.1 Delineamento da pesquisa

Foi realizado um estudo descritivo que, segundo Sampieri e Collado (2006), visa a obter informações sobre como se manifesta o fenômeno de interesse.

A abordagem qualitativa foi adotada, considerando que possibilita maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos. Levou-se em conta a possibilidade de conhecer, por meio da análise e interpretação das respostas dos participantes, as potencialidades e fragilidades da escola no processo de inclusão e atendimento as crianças com necessidades educacionais, atuação, envolvimento e compromisso do gestor no que diz respeito à garantia de aprendizagem de todos, juntamente com a comunidade escolar e todos os envolvidos neste processo.

2.2 Cenário da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Classe Esperança, escola pública que pertence à Secretaria de Estado de Educação do DF, localizada na Ceilândia Sul. Funciona nos turnos matutino e vespertino e atende cerca de 800 alunos da Educação Infantil, do 1º ao 5º Ano, turmas de inclusão e três Classes Especiais com deficiências múltiplas e intelectuais.

2.3 Participantes do estudo

Os participantes da pesquisa foram 10 pais de alunos com necessidades educacionais especiais, 10 professores que atuaram ou atuam no ensino especial, o gestor escolar e 4 profissionais da equipe de apoio à aprendizagem, na sua maioria pós-graduados, efetivos da Secretaria de Estado de Educação do DF e pertencentes à referida escola.

2.4 Instrumentos de pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, com questões abertas e fechadas, e foi solicitado aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas e fechadas, e se pede aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista.

De acordo com Gil (2008), pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. Na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes e nesse caso costumam ser autoaplicados.

Ainda segundo Gil (2008), construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Sendo assim, a sua construção precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e

ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

2.5 Procedimentos de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados.

Este capítulo apresenta os resultados encontrados a partir dos dados coletados através da aplicação de questionários a vários segmentos diretamente ligados ao processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, 10 pais de alunos com necessidades educacionais especiais, 10 professores que atuaram ou atuam no ensino especial, o gestor escolar e 4 profissionais da equipe de apoio à aprendizagem. Os questionários foram distribuídos aos participantes com 08 questões abertas e semiabertas, com as orientações necessárias.

Os dados colhidos foram comparados e a partir da análise dos resultados e dos gráficos construídos, foi possível alcançar os objetivos desta pesquisa, conhecer a visão de todos os segmentos a respeito das atuações e contribuições do gestor voltadas para o Ensino Especial na escola Regular, os pontos negativos, positivos e estratégias utilizadas para melhor envolvimento da família neste processo, visando a garantir o direito a todos e um ensino de qualidade de acordo com as necessidades. A seguir informo as respostas dos colaboradores da pesquisa:

Questionário aplicado ao gestor escolar

Representando a equipe gestora, o gestor escolar respondeu solicitamente o questionário e a partir das informações apresentadas foi possível conhecer o perfil do gestor da escola, sua visão e envolvimento com o pedagógico da escola e principais dificuldades voltadas para a inclusão, contribuindo para se chegar aos dados acerca do problema e objetivos da pesquisa.

1- Identificação

Seu tempo de experiência como gestor escolar é de 10 anos, é graduado e não possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial.

2- Importância da formação continuada

O gestor considera importante a formação continuada e imprescindível para que um profissional alcance a qualidade no processo de ensino-aprendizagem em qualquer área. Afirma ainda que o aperfeiçoamento constante de qualquer trabalhador se tornou uma

exigência que cada vez mais exclui quem ainda resiste em não se aprimorar.

3- Como avalia o seu papel de gestor na garantia da aprendizagem de todos na escola?

Considera que dentro de suas possibilidades, deve ser um fomentador dessa garantia. É bem verdade que as dificuldades para se atingir esse objetivo são muitas, mas com empenho e certa dose de criatividade é possível atingi-lo.

De acordo com Lück, (2001 apud DUTRA & GRIBOSKI, 2005), o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação e responsabilidade de todos nas decisões necessárias e um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

Reconhece que o início desse processo gerou uma resistência da sua parte, que na sua avaliação a Escola Pública não se encontrava preparada para realizar a inclusão. Achava algumas ações nesse sentido utópicas. Essa resistência, hoje virou reconhecimento que é necessário trilhar esse caminho. Mas, tem críticas a respeito de falta de estrutura física e de pessoal para suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Dutra e Griboski (2005), inclusão significa transformação do sistema educacional de forma a organizar os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos. Neste sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (BRASIL,2008) estabelece como objetivo assegurar o processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial, de modo a garantir:

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (SAGE, 1999, p. 138, apud (MEC/SEESP, 2011. P.48).

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

O gestor considera como avanços a presença das Equipes dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem nas escolas; Apoio das Equipes de Coordenação de Ensino Especial

das Regionais de Ensino; Apoio dos responsáveis no acompanhamento da vida escolar dos nossos alunos. Quanto aos problemas destacou demandas de adaptação nos espaços físicos da escola não atendidas; quantidade insuficiente de monitores de ensino especial para apoiar o trabalho dos professores regentes de classe, e critérios coerentes para o processo de distribuição de carga horária para os professores que pleitearem as turmas de inclusão.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar?

Avalia como boa a participação da família, observando que a realidade da escola tem demonstrado que os responsáveis dos alunos ANEE's apresentam um compromisso diferenciado no que diz respeito ao acompanhamento da vida escolar de suas crianças.

7- A escola busca estratégias para estimular a participação da família? Aponte as estratégias.

Afirma que sim. As estratégias utilizadas são basicamente, trazendo os responsáveis para escola para esclarecê-los, sensibilizá-los, discutindo avanços ou retrocessos no processo de ensino-aprendizagem.

8- Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola voltado para a inclusão e respeito às diferenças?

Reconhece que a escola encarou essa demanda como uma realidade inexorável, um processo irreversível que precisa ser entendido e trabalhado por toda a equipe escolar. Tiveram avanços consideráveis, mas tem que reconhecer muitas dificuldades, problemas que precisam ser sanados com urgência para que continuem a avançar a um nível de excelência.

Questionário aplicado aos professores

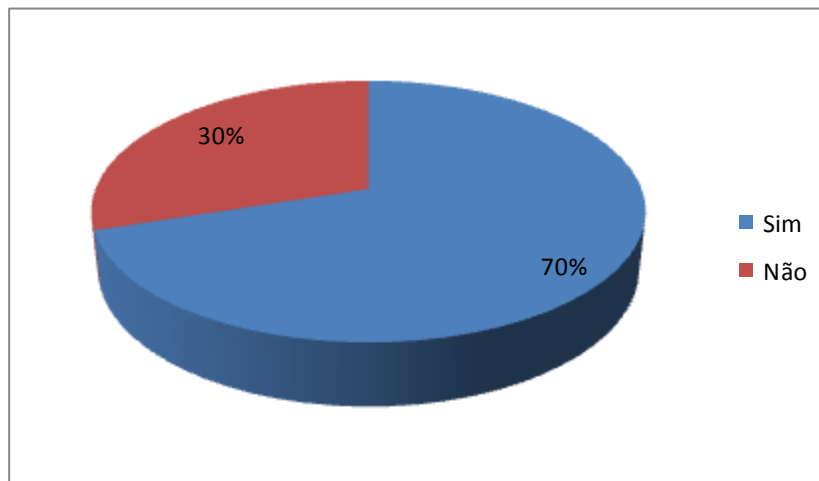
Os 10 professores colaboradores da pesquisa responderam solicitamente o questionário e a partir das informações apresentadas foi possível conhecer o perfil, a visão, envolvimento e participação dos docentes no processo de inclusão da escola regular e a partir dos gráficos e análises, atingir os objetivos da pesquisa.

1- Identificação

Qual o seu tempo de atuação na função de professor do Ensino Especial e escolaridade.

Quanto ao perfil dos professores, de acordo com os dados obtidos, são 100% pós-graduados e possuem um tempo razoável de experiência e atuação no Ensino Especial, 40% até 2 anos, 20% de 3 a 5 anos, 20% de 6 a 9 anos e 20% acima de 10 anos.

2- Possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial?



Fonte Pesquisa de Campo

Analisando o gráfico, podemos perceber que a maioria, 70% dos professores já reconhecem a necessidade, enquanto 30% ainda não buscaram formação na área.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), citado por (BRIDI E VILLAGRAN 2011) para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

2.1 – Você considera importante a formação continuada? Por favor, justifique a sua resposta:

Os professores por unanimidade consideram importante a formação continuada, justificando que o professor deve sempre procurar atualização e formação na área em que atua para que tenha segurança, desenvolva um bom trabalho e que através da formação continuada podemos acompanhar as transformações sociais, reformular conceitos, atender melhor as demandas da sociedade, fazendo as devidas adaptações e intervenções necessárias no processo de ensino e aprendizagem. Defendem ainda que é importante a busca contínua pelo conhecimento, pois

este proporciona um crescimento profissional e pessoal, auxilia nas relações professor, aluno, comunidade escolar e familiar.

Em relação ao educador, Oliveira (2000) citado por Capellini e Rodrigues (2009 p.37) diz: “Um educador, a partir de um bom conhecimento do desenvolvimento do aluno, poderá estimulá-lo de maneira que todas as áreas, como psicomotricidade, cognição, afetividade e linguagem, estejam interligadas” .

3- Como você avalia o papel do gestor na garantia da aprendizagem de todos nesta escola?

Em suas considerações, os professores destacaram que o papel do gestor é fundamental para o desenvolvimento e suporte necessários para as questões pedagógicas, uma sistematização do processo ensino-aprendizagem de qualidade, cumprimento dos projetos e estabelecimento de um elo entre a escola e comunidade. Reconhecem que o gestor não trabalha sozinho, todos tem a sua parcela de responsabilidade, por isso a importância da gestão Compartilhada, a importância da formação continuada para os gestores e não apenas o cumprimento da lei.

Avaliando o desempenho do gestor da escola, os professores demonstram satisfação, reconhecendo que se mostra participativo, preocupa-se com a aprendizagem dos alunos, por isso está sempre participando das coletivas e reuniões com os coordenadores, está sempre presente e interessado nos diversos contextos da escola, buscando junto com o corpo docente, alternativas para solucionar problemas e fazer com que os familiares sejam mais participantes na vida escolar dos filhos.

De acordo com Cury (2002), a equipe gestora precisa dialogar, participar ativamente das reuniões, coletivas e planejamentos em geral, reavaliando os trabalhos executados e as possibilidades de adaptações, culminância de projetos, envolvendo a comunidade e as atividades que estão sendo desenvolvidas.

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

Mediante as respostas apresentadas, pode-se perceber que a maioria dos professores entende que a inclusão ainda é um processo em construção e evolução, mas ainda necessita de inúmeras adaptações de acordo com a realidade de cada escola e que muitos professores já abraçaram a causa, porém, alguns ainda resistem, por falta de conhecimento e de preparo. Todos reconhecem a importância e necessidade da inclusão, tanto para as crianças com

necessidades educacionais especiais quanto para a comunidade escolar que acaba aprendendo com as diferenças, a criança estará inserida no meio social exercendo seus direitos, aprendendo a cumprir os seus deveres, desenvolvendo suas habilidades e adquirindo conhecimentos.

Para Santos (2002), a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades e que o princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter.

Avaliam que a inclusão na escola acontece porque ela está engajada em acolher, mas a mesma, enquanto instituição, não tem muito a oferecer, ficando o processo de inclusão, centrado apenas na figura do professor, faltam recursos materiais e humanos (profissionais especializados).

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

Principais avanços apontados pelos professores:

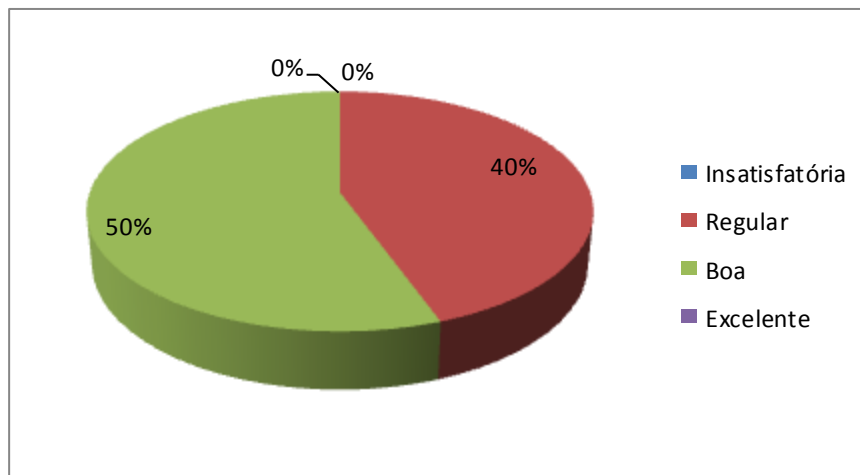
- Serviço de apoio completo disposto a ajudar e atender as necessidades das crianças e familiares.
- Benefício claro dos alunos no sentido de lidar com as dificuldades e convívio social.
- Avanços perceptíveis das crianças especiais no desenvolvimento cognitivo, saúde, coordenação motora.
- Turmas específicas, Classes Especiais, bidocência, turmas reduzidas e monitores.

Principais problemas apontados pelos professores:

- Estrutura física da escola que ainda precisa de adaptações, deixa muito a desejar. O piso não é adaptado para cadeirante.
- Falta de preparo de alguns professores, recursos materiais adaptados e de higienização.

Nessa ótica, Capellini e Rodrigues (2009) acreditam que não são os especialistas e nem os métodos exclusivos que garantirão aos alunos com deficiência a possibilidade de se integrarem à escola comum, mas um esforço efetivo, visando a capacitar os professores para trabalharem com diferenças e diversidades.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar? Por favor, justifique sua resposta.



Fonte: Pesquisa de Campo

De acordo com a avaliação dos professores, a participação da família se classifica em 40% regular e 60% boa. Os que avaliam como regular, argumentam que em alguns casos não há uma parceria família/escola, os pais ou responsáveis veem os profissionais da escola como cuidadores e não dão importância ao desenvolvimento cognitivo, não se envolvem completamente e esperam somente que a escola faça o seu papel. Alguns destacaram o fato de algumas famílias não fazerem o acompanhamento terapêutico e ainda existe a dificuldade de aceitação do problema da criança.

Os que avaliam como boa, argumentam que alguns pais são bem participativos e presentes, participam dos projetos e reuniões dispostos a ajudar e interessados no desenvolvimento das crianças, e que alguns pais já possuem uma boa bagagem de conscientização e muitos ajudam o professor a lidar com a criança. Um professor acrescentou que se todos os pais tivessem um bom preparo, através da formação, entenderiam mais as necessidades e poderiam ajudar melhor no desenvolvimento do seu filho. Neste sentido, Lopes e Marquezan (2000) afirmam ainda que a família é o primeiro e principal grupo social em que vivemos. Nela aprendemos a construir nossa individualidade e independência, por isso é essencial que as famílias troquem experiências, os pais precisam evitar a superproteção, estarem mobilizados e conscientes para trabalhar em parceria com a escola.

7- A escola busca estratégias para estimular a participação da família? Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias utilizadas.

Analisando as respostas apresentadas, 100% dos participantes afirmam que a escola busca a participação dos pais. As estratégias utilizadas pela escola apresentadas pelos docentes foram

a promoção de eventos, palestras com temas interessantes aos diversos contextos das famílias, reuniões, oficinas, atendimento através dos serviços de apoio tanto aos alunos quanto aos familiares, solicitação do responsável sempre que necessário, culminâncias de projetos como a Semana de Educação para a Vida, Semana de Inclusão, sempre com a participação de toda a comunidade escolar e avaliações institucionais.

De acordo com o (MEC/SEESP, 2009) é papel do gestor escolar direcionar, incentivar a formação, aprendizagem e atualização dos professores e profissionais que atuam na escola, pais e comunidade escolar, ações que devem consistir em um dos objetivos do PPP.

8 - Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola, voltado para a inclusão e respeito às diferenças?

As considerações foram todas positivas. Os professores consideram de bom a excelente o trabalho pedagógico desenvolvido na escola voltado para a inclusão. Declararam que a escola trabalha com o projeto “Valores” que busca valorizar o ser humano, principalmente as diferenças em geral, onde as crianças são incentivadas e orientadas a respeitar e aceitar as diferenças. São projetos e temas que sempre permitem flexibilizações e adaptações, possibilitando a participação de todos.

A maioria afirma que a escola tem trabalhado com a inclusão de forma tranquila e que os alunos interagem muito bem e de forma bem notável. Quando surge algum conflito, o professor da criança “especial” busca sempre o contato com o professor da outra criança e tenta mediar da melhor forma.

Mantoan (2008), defende que incluir não é apenas colocar a criança na escola, mas proporcionar um ambiente onde todos tenham acesso, oportunidades iguais e sejam valorizados dentro da sociedade e comunidade escolar.

Questionário aplicado aos profissionais dos Serviços de Apoio à Aprendizagem.

Os 4 profissionais colaboradores que fazem parte da equipe responderam solícitamente o questionário e a partir das informações apresentadas foi possível conhecer o perfil, o envolvimento e participação dos serviços no processo de inclusão da escola regular e a partir dos gráficos e análises, atingir os objetivos da pesquisa.

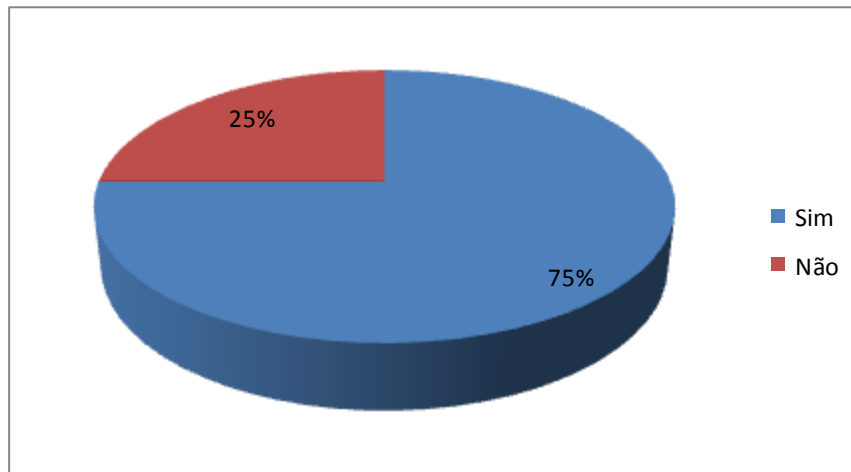
1- Identificação

Qual seu nível de escolaridade e seu tempo de atuação na Equipe de Apoio à

Aprendizagem?

Quanto ao perfil dos professores, de acordo com os dados obtidos, são 100% pós-graduados, 25% até 2 anos, 75% de 3 a 5 anos, ou seja, possuem pouco tempo de experiência e atuação na Equipe de Apoio à Aprendizagem, 25% até 2 anos, 75% de 3 a 5 anos.

2- Possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial?



Fonte: Pesquisa de Campo

Analisando o gráfico, podemos perceber que a maioria, 70% dos profissionais da Equipe de Apoio à Aprendizagem já reconhecem a necessidade, enquanto 30% ainda não buscaram formação na área do Ensino Especial.

2.1 – Você considera importante a formação continuada? Por favor, justifique a sua resposta.

A equipe considera que é importante que permanentemente os profissionais possam refletir sobre a sua prática, atualizando os seus conhecimentos para acompanhar os avanços da ciência. É através do estudo que novos caminhos e possibilidades se abrem, que só é possível haver inclusão quando se aprende sobre deficiências e quais estratégias que podem ser utilizadas para a melhoria do desenvolvimento do estudante e sem a formação continuada, o profissional muitas vezes é pego de surpresa pelas novas demandas.

Conforme demonstrado no estudo de Mendes, Rodrigues e Capellini (2003), faz-se necessário o apoio e o treinamento aos professores, pois em determinadas situações, sentem-se despreparados para trabalhar com esses alunos. Por outro lado, a comunidade em geral ainda

cria muitos mitos e carece de informações e apoio necessário no processo de inclusão e adaptações dos ANEEs.

3- Como você avalia o papel do gestor na garantia da aprendizagem de todos nesta escola?

Mostra-se zeloso e atento para as problemáticas que surgem, providenciando recursos humanos e materiais para que as atividades transcorram e atendam às orientações emanadas pela SEDF e estudos acadêmicos vigentes. A equipe entende que um gestor deve estar aberto para disponibilizar os meios necessários para que a aprendizagem ocorra, seja a equipe pedagógica, materiais pedagógicos, espaços físicos apropriados e outros, ou seja, gerir processos administrativos e pedagógicos, além de estímulos aos valores e virtudes necessários à formação da dignidade e cidadania.

De acordo com Cury (2002), a equipe gestora precisa dialogar, participar ativamente das reuniões, coletivas e planejamentos em geral, reavaliando os trabalhos executados e as possibilidades de adaptações, culminância de projetos, envolvendo a comunidade e as atividades que estão sendo desenvolvidas.

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

A equipe entende como uma oportunidade única no processo de desenvolvimento humano, pois possibilita a todos a convivência com as diferenças, importantíssima em nome de uma educação integral e um mundo mais igualitário. A inclusão é um ótimo canal de trocas de experiências, de socialização, quando a criança que não é deficiente, de igual modo, desenvolve o respeito às diferenças e aprende na relação com o outro.

Para De Carlo e Bartalotti (2001) apud (Capellini e Rodrigues 2009), “não apenas as condições orgânicas e maturacionais são necessárias para que o indivíduo se desenvolva. A interação social, a troca com outros indivíduos é que promove a aprendizagem.” Segundo os autores “não basta proporcionar ao sujeito situações de interação, o que significaria apenas sua inserção no sistema escolar.”

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

Principais avanços apontados pela equipe:

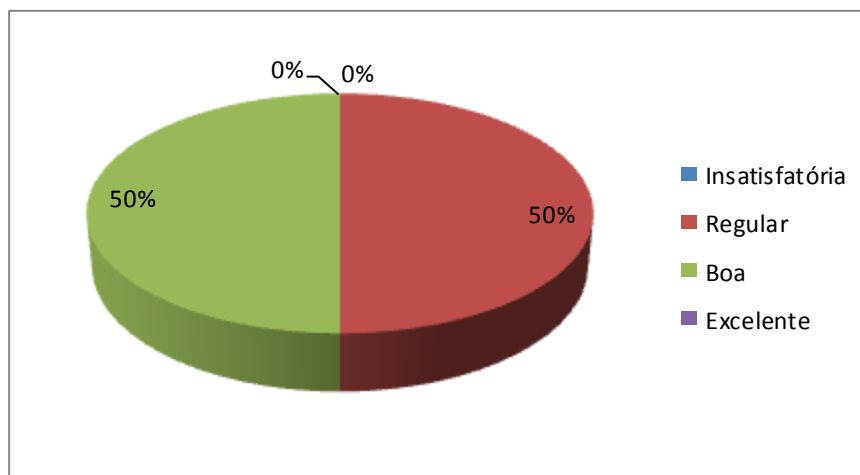
- A inclusão acontece de forma coerente na escola, profissionais capacitados, crianças acompanhadas e atendidas conforme as necessidades específicas.
- Investimentos do GDF nas estratégias de matrículas e estudos de caso, a fim de adaptar o currículo às necessidades singulares de cada aluno.
- Preocupação de toda a equipe na continuidade da formação, buscando cursos e aprimoramento das práticas para os atendimentos dos ANEEs.

Principais problemas apontados pela equipe:

- Os espaços físicos precisam se adequar mais para melhor adaptação dos estudantes na escola.
- Necessidades de mais recursos humanos, financeiros e materiais.
- Falta de apoio das famílias.
- Monitores insuficientes.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), citada por Bridi e Villagran (2011), as práticas inclusivas são desafiadoras. A construção de novas teorias e práticas visa à eliminação de dificuldades e barreiras existentes. Para isso, percebe-se a necessidade de formação continuada, não apenas do professor que atua no Atendimento Educacional Especializado como também do professor da sala de aula comum, focando no trabalho coletivo, colaborativo e articulado entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar? Por favor, justifique a sua resposta.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Semelhante à avaliação dos professores, a equipe avalia a participação da família em 50% regular e 50% boa. Argumentam que as famílias dos ANEEs são bem presentes, porém, faltam esclarecimentos, suportes, acompanhamentos, amparo pela rede de proteção social e atendimentos específicos multidisciplinares. Além disso, a comunidade é carente, com dificuldades diversas, incluindo a vulnerabilidade social e baixa performance familiar, tornando o processo mais difícil.

Lopes e Marquezan (2000) argumentam que a família e a escola devem encontrar caminhos que fortaleçam a integração/inclusão. É necessária a conscientização das pessoas envolvidas para que o aluno receba o atendimento adequado na escola.

7- A escola busca estratégias para estimular a participação da família? Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias.

Reconhecem que sim, através de reuniões bimestrais com os pais, abordando temáticas que favoreçam a reflexão, projetos como a Semana de Educação para a Vida e disponibilidade dos serviços de apoio com acompanhamento familiar individual.

Na visão de Mantoan (2002), uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar.

8- Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola, voltado para a inclusão e o respeito às diferenças?

Avaliam que a escola vem avançando nestes aspectos de forma satisfatória, pois os estudantes são receptivos, aceitando bem o convívio com todas as diferenças. Isso pode ser observado pela pouca incidência de bullying (ANEEs, sociais, raciais, de gêneros, etc.) e transferências por inadaptação. A situação de cada aluno é avaliada, sendo ofertados recursos específicos, redução de turmas, reforço, adaptações curriculares, bidocências, ajustes de espaços, assessoria pedagógica aos professores, atendimento aos pais, dentre outros.

Sobre o processo inclusivo Stainback e Stainback (1999 apud CAPELLINI E RODRIGUES, 2009) ressaltaram os três componentes básicos que necessitam estar interligados: O primeiro é o componente organizacional; o segundo é o trabalho em equipe e o terceiro, está relacionado ao ambiente em sala de aula, que deve ser acolhedor e facilitador do processo de aprendizagem, possibilitando a todos os alunos a aquisição de habilidades indispensáveis

pertinentes àquele contexto social.

Questionário destinado aos pais dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais ANEEs.

Os pais colaboradores da pesquisa demonstraram interesse em participar e responderam solícitamente o questionário e a partir das informações apresentadas foi possível conhecer o perfil, a visão, o envolvimento e participação das famílias no processo de inclusão da escola regular e a partir dos gráficos e análises, atingir os objetivos da pesquisa.

1- Identificação

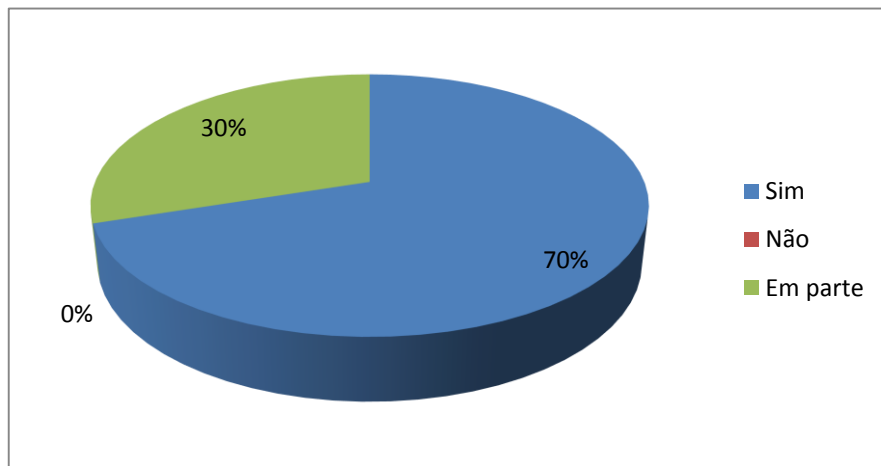
Quanto ao perfil dos pais, de acordo com os dados obtidos, o nível de escolaridade é a seguinte: Ensino Fundamental 20%, Ensino Médio 70% e Graduação 10%. Em relação à idade os dados são os seguintes: 20% até 25 anos, 40% entre 25 e 35 anos 10% acima de 45 anos.

2- Quais expectativas você tem para o seu filho na escola?

Que a escola cuide e trate bem. Que ele aprenda a ler, escrever, aceitar regras, limites (sim e não), não fique atrasado, desenvolva a fala, os conhecimentos pedagógicos, espírito crítico, suas potencialidades. Os pais demonstram preocupação e desejo que os filhos interajam com outras crianças, que possam ser inseridos nas atividades dentro e fora da sala de aula, tenham o acompanhamento necessário e que tudo isso poderá contribuir para que se tornem um cidadão do bem e tenham um futuro independente.

As expectativas familiares podem contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos como também para a estagnação desse processo. Além do conhecimento dos seus direitos legais, a família precisa exigir que o ambiente escolar cumpra o seu papel educativo, se transformando em um agente que assume um papel importante de atitudes positivas, aceitação das diferenças, impulsionando o desenvolvimento dos filhos. Nesta perspectiva, Ferreira e Ferreira (2004) destacam que há indícios de que algumas situações educacionais de superação de dificuldades na escolarização têm sido devido à participação da família.

3- Você concorda com a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular? Por favor, Justifique a sua resposta:



Fonte Pesquisa de Campo.

Os 70% que concordam afirmam que as crianças desenvolveram melhor a partir do momento em que começaram a estudar na escola regular e que é um processo importante, principalmente pela socialização, porque a criança tem o direito de conviver com outras crianças tanto na escola quanto em qualquer outro lugar.

Os 30% que concordam em parte justificam que é muito positivo, porém a escola precisa estar preparada e oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da criança. Outros defendem que devemos considerar o grau de comprometimento intelectual da criança, médio leve ou grave, além de observar as condições de estrutura física e de pessoal da escola para que não coloquemos a qualidade de vida da criança pior do que antes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial no qual a escola deve elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

4- De acordo com a realidade da escola, aponte os pontos positivos que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

Como pontos positivos foram citados os profissionais (professores, monitores, orientadores e direção) habilitados e comprometidos com o processo de inclusão da criança; professores comprometidos e esforçados, inclusive utilizam recursos próprios; as crianças gostam da escola e são bem acolhidas; atenção e receptividade do gestor.

Com base nesta proposta de articulação entre a escola regular e Ensino Especial, cabe ao professor de Educação Especial, ou seja, da Sala de Recursos, desenvolver atividades que

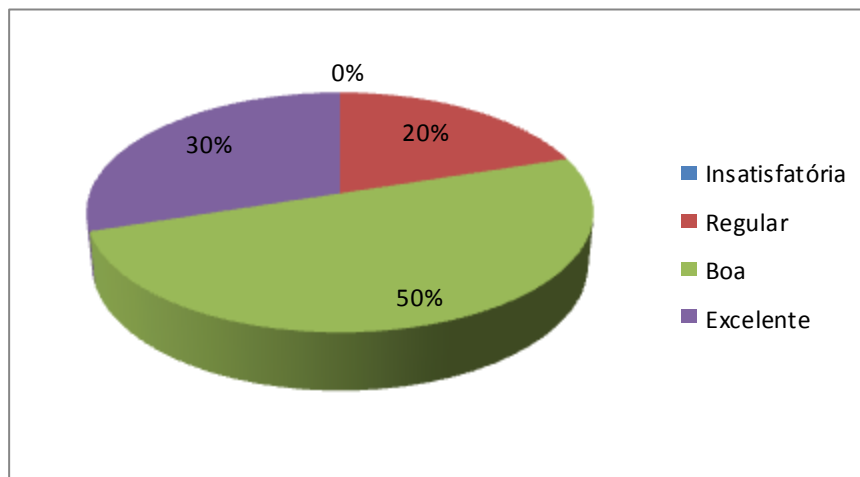
envolvam os gestores, professores, coordenadores e supervisores, buscando alternativas e planejamentos que beneficiem os alunos, garanta melhor qualidade de ensino e devem cumprir os eixos privilegiados de articulação determinados através do (MEC/SEESP, 2009).

5- De acordo com a realidade da escola, aponte os pontos negativos que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

Como pontos negativos, quatro pais não souberam, outros citaram a falta de estrutura física adaptada como a construção de rampas, instalações de corrimões, piso e acessos adequados. Alguns destacaram a falta de preparo de alguns professores e a não aceitação de alguns pais e comunidade.

Para Jerusalinsky e Páez, (2001), citados por Dutra e Griboski (2005), são poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão.

6- Como você avalia a sua participação na vida escolar do (a) seu (sua) filho (a)?



Fonte Pesquisa de Campo.

Através de uma autoavaliação, o gráfico nos mostra que de acordo com os dados obtidos, 20% dos pais consideram que a sua participação é regular, 50% consideram boa e 30% excelente.

Nesta perspectiva, Ferreira e Ferreira (2004) destacam que há indícios de que algumas situações educacionais de superação de dificuldades na escolarização têm sido devido à participação da família.

6.1- De que forma você contribui com a escola para melhor desempenho do (a) seu (sua) filho (a)?

Escutando a professora e dando sugestões e informações sobre as principais dificuldades da criança, acompanhando e ajudando nas tarefas e no que for necessário, comparecendo às reuniões e cumprindo o que é solicitado pela escola.

Alguns reconhecem que sua participação pode melhorar, mas que estão se esforçando.

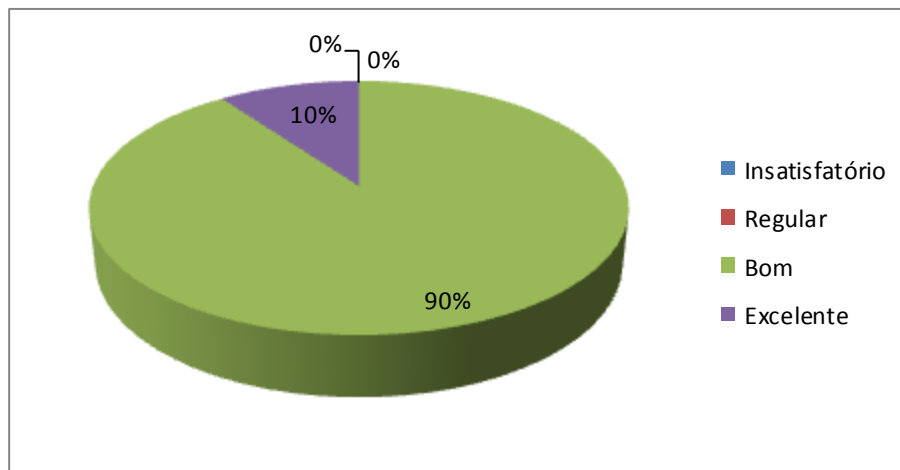
Nesta perspectiva, Ferreira e Ferreira (2004) destacam que há indícios de que algumas situações educacionais de superação de dificuldades na escolarização têm sido devido à participação da família.

7- A escola busca meios para estimular a participação da família? Em caso afirmativo, explique de que forma.

De acordo com o gráfico, 70% responderam sim e 30% responderam não. Os 70% que responderam sim, concordam que a escola promove reuniões, coletivas e individuais, informando sobre os avanços e necessidades das crianças, dando sugestões e estimulando a buscar informações. Destacaram ainda as festas e eventos realizados, onde todas as famílias podem entrar na escola e compartilhar com a comunidade.

Souza e Góes (1999) afirmam que para que seja oferecida verdadeiramente uma educação para todos, é necessária a construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, cada indivíduo, cada grupo. É necessário entender a educação para além do ambiente escolar, envolvendo o grupo de fundamental importância: a família.

8- Como você avalia o trabalho desenvolvido pela escola no atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais.



Fonte Pesquisa de Campo.

De acordo com as respostas, os pais gostam do tratamento dado aos filhos, afirmam que os professores respeitam o momento da criança, a aprendizagem acontece de maneira lúdica com joguinhos e tecnologia. Os professores demonstram muito interesse em ensinar e ajudar, a equipe de apoio se interessa por tudo que acontece com a criança, consultas, exames e acompanhamentos médicos.

Para atuação no AEE, os professores devem ter formação específica que atenda aos objetivos de acordo com a Política Nacional Educação de Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (BRASIL, 2008), nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação. Os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos para melhor atender a seus alunos. Este deve ser um dos objetivos específicos, a aprendizagem permanente de professores, demais profissionais que atuam na escola e também dos pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou as práticas pedagógicas e administrativas da gestão escolar voltadas para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificando os principais avanços e problemas enfrentados pela escola e analisando a importância do envolvimento da família no processo de inclusão.

Foi constatado através dos dados obtidos em todos os segmentos, gestor, professores, serviços de apoio à aprendizagem, que todos concordam com a inclusão escolar e que ela acontece de forma tranquila com o compromisso, dedicação e envolvimento de todos. Os pais gostam do tratamento dado aos filhos, afirmam que os professores respeitam o momento da criança, a aprendizagem acontece de maneira lúdica, os professores demonstram muito interesse em ensinar e ajudar e a equipe de apoio se interessa por tudo que acontece com a criança, consultas, exames, acompanhamentos médicos, entre outros.

Os colaboradores concordam que a equipe gestora é receptiva, está sempre presente, acompanha o trabalho pedagógico e desenvolvimento dos projetos, participa ativamente das reuniões e coletivas, mostra-se zeloso e atento para as problemáticas que surgem, providenciando recursos humanos e materiais para que as atividades transcorram e atendam as necessidades. Ações como a promoção de eventos, palestras com temas interessantes aos diversos contextos familiares, reuniões, oficinas, atendimento através dos serviços de apoio tanto aos alunos quanto aos familiares, solicitação do responsável sempre que necessário, culminâncias de projetos como a Semana de Educação para a Vida, Semana de Inclusão, sempre com a participação de toda a comunidade escolar e avaliações institucionais são estratégias utilizadas pela escola que estimulam a participação das famílias e contribuem para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Em unanimidade, todos os segmentos reconhecem e apontam como principais dificuldades alguns ajustes que são necessários como a adequação na estrutura da escola, a necessidade de mais recursos materiais, falta de formação e preparo de alguns profissionais, o que faz com que se sintam inseguros e incapacitados para trabalhar com as crianças especiais. Quanto aos pontos positivos foram citados os profissionais habilitados e comprometidos com o processo de inclusão da criança, a presença das Equipes dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem nas escolas disposta a ajudar e atender as necessidades das crianças e familiares, preocupação de toda a equipe na continuidade da formação, buscando cursos e

aprimoramento das práticas para os atendimentos dos ANEEs, a presença de monitores e professores comprometidos e esforçados que dependendo da necessidade, utilizam recursos próprios.

Avaliam que a escola vem avançando no aspecto pedagógico de forma satisfatória, pois os estudantes são receptivos, aceitando bem o convívio com todas as diferenças. Isso pode ser observado pela pouca incidência de bullying (ANEES, sociais, raciais, de gêneros, etc.) e transferências por inadaptação. A situação de cada aluno é avaliada, sendo ofertados recursos específicos, redução de turmas, reforço, adaptações curriculares, bidocências, ajustes de espaços, assessoria pedagógica aos professores, atendimento aos pais, dentre outros.

Todos os segmentos compartilham da mesma opinião e reconhecem que esses fatores contribuem para que a inclusão realmente aconteça e que as crianças tenham o direito não apenas de conseguir uma matrícula, mas que sejam assistidas, tenham os seus direitos respeitados, socializem com outras crianças e que todos ganhem convivendo com as diferenças e respeitando o próximo.

Os dados apresentados nos mostram que quando se tem um gestor comprometido, consciente, que trabalha com todos os profissionais envolvidos, escola e comunidade trabalham em parceria, o trabalho flui, a inclusão realmente acontece e a escola desenvolve um trabalho de qualidade, apesar das dificuldades. É preciso acreditar, buscar estratégias e trabalhar em conjunto.

Neste sentido e para a consolidação da atual proposta de educação inclusiva, Sant'ana (2005) afirma que é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe educacional no planejamento dos programas a serem desenvolvidos e que todos, docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão educacional seja efetivada nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1999). **Adaptações Curriculares. Brasília: MEC / SEF / SEESP.**

BRASIL. *Decreto 6.571* de 2008. Dispõe sobre o **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legal**. Brasília, MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição 1998**. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. ERUSALISKY,; CANIZA DE PÁEZ, Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. In: *Escritos da criança*. n°. 06, Porto Alegre, Centro Lydia Coriat, 2001

Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza e VILLAGRAN, Valquirea Monteblanco. Educação inclusiva e formação de professores. **Inclusão: revista da educação especial**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 62-63, jan./jun. 2011.

CAPELLINI, Vera Lúcia M. F. e RODRIGUES, Olga Maria P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, set./dez. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil – **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para Inclusão. **Revista do Centro de Educação**. Edição N.25 – 2006

FERREIRA, Maria Cecília Carareto &. FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas** In: GÓES, Maria Cecília Rafael de & LAPLANE, Adriana Lia Frieszman de. (Orgs.) Políticas e práticas de educação inclusiva. CAMPINA-SP: Autores associados, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Adriana Leite L. Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.

LOPES, Renato Paula Vieira e MARQUEZAN, Reinoldo. **Revista Educação Especial**, n.15, 2000 O envolvimento da família do processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais, n.15, 2000.

LÜCK, Heloísa. **A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática**. 2001. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/grandes_temas/gestao_escolar/gestao.doc. Acesso em: 30 ago. 2005.

MANTOAN, M.T.E. **Ensinando a Turma Toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 5, n 20, p. 18-23, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado - Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

OLIVEIRA, G. C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** Petrópolis, RJ:Vozes 2002.

OTTONI De CASTRO, Marcelo Lúcio. **A Educação na Constituição de 1988 e a LDB.** Brasília: André Quincé, 1998.

Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000. 22 p.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **República e Federação no Brasil:** traços constitucionais da organização política brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceara, 2010.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de Pesquisa.** 3. Ed, São Paulo: McGraw Hill, 2006.

Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais /** Secretaria Municipal de Educação – São Paulo, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, c. **Atualidade da educação bilingüe para surdos.** V. L. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

SOUZA, Regina Maria e GÓES, Maria Cecília Rafael de. **O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão.** In:

UNESCO, **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Ministério da Educação, 1994, p. 1 - 17. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > Acesso em 02 de setembro de 2013.

APÊNDICES

Apêndice A

Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado ao gestor escolar

Caro (a) participante,

Esta pesquisa refere-se à monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, da cursista Betânia Mendes de Sousa, cujo tema é “O papel do gestor e seu compromisso com a aprendizagem de todos na escola.” O objetivo da pesquisa é analisar as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da escola e suas articulações junto às famílias e a comunidade escolar, no processo de inclusão dos ANEEs para que tenham os seus direitos respeitados.

Os dados aqui fornecidos serão guardados em pleno sigilo e serão utilizados somente para fins de pesquisa acadêmica.

1 - Identificação

1.1- Qual o seu tempo de atuação na função de gestor escolar?

Até 2 anos 3 a 5 anos 6 a 9 anos Acima de 10 anos

1.2- Qual seu nível de escolaridade?

Graduação Pós-Graduação Mestrado Doutorado

2- Possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial?

Sim Não

2.1 – Você considera importante a formação continuada?

Sim Não

Por favor, justifique a sua resposta:

3- Como você avalia o seu papel do gestor na garantia da aprendizagem de todos na escola?

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar?

Insatisfatória Regular Boa Excelente

Por favor, justifique a sua resposta.

7- A escola busca estratégias para estimular a participação da família?

Sim Não

Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias utilizadas.

8- Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola voltado para a inclusão e respeito às diferenças?

Apêndice B

Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos professores

Caro (a) participante,

Esta pesquisa refere-se à monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, da cursista Betânia Mendes de Sousa, cujo tema é “O papel do gestor e seu compromisso com a aprendizagem de todos na escola.” O objetivo da pesquisa é analisar as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da escola e suas articulações junto às famílias e a comunidade escolar, no processo de inclusão dos ANEEs para que tenham os seus direitos respeitados.

Os dados aqui fornecidos serão guardados em pleno sigilo e serão utilizados somente para fins de pesquisa acadêmica.

1- Identificação

1.1- Qual o seu tempo de atuação na função de professor do Ensino Especial?

Até 2 anos 3 a 5 anos 6 a 9 anos Acima de 10 anos

1.1- Qual o seu nível de escolaridade?

Graduação Pós-Graduação Mestrado Doutorado

2- Possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial?

Sim Não

2.1 – Você considera importante a formação continuada?

Sim Não

Por favor, justifique a sua resposta:

3- Como você avalia o papel do gestor na garantia da aprendizagem de todos nesta escola?

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar?

Insatisfatório Regular Boa Excelente

Por favor, justifique a sua resposta.

7-A escola busca estratégias para estimular a participação da família? Em caso afirmativo, dê exemplos.

Sim Não

Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias utilizadas.

8 - Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola, voltado para a inclusão e respeito às diferenças?

Apêndice C

Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos profissionais dos Serviços de Apoio à Aprendizagem.

Caro (a) participante,

Esta pesquisa refere-se à monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, da cursista Betânia Mendes de Sousa, cujo tema é “O papel do gestor e seu compromisso com a aprendizagem de todos na escola.” O objetivo da pesquisa é analisar as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da escola e suas articulações junto às famílias e a comunidade escolar, no processo de inclusão dos ANEEs para que tenham os seus direitos respeitados.

Os dados aqui fornecidos serão guardados em pleno sigilo e serão utilizados somente para fins de pesquisa acadêmica.

1- Identificação

1.1- Qual o seu tempo de atuação na Equipe de Apoio à Aprendizagem?

Até 2 anos 3 a 5 anos 6 a 9 anos Acima de 10 anos

1.2- Qual seu nível de escolaridade?

Graduação Pós-Graduação Mestrado Doutorado

2- Possui cursos de formação continuada na área de Ensino Especial?

Sim Não

2.1 – Você considera importante a formação continuada?

Sim Não

Por favor, justifique a sua resposta:

3- Como você avalia o papel do gestor na garantia da aprendizagem de todos nesta escola?

4- Como você entende a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

5- De acordo com a realidade da sua escola, aponte os avanços e problemas que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

6- Como você avalia a participação da família no processo de inclusão escolar?

Insatisfatória Regular Boa Excelente

Por favor, justifique a sua resposta.

7- A escola busca estratégias para estimular a participação da família? Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias.

Sim Não

Em caso afirmativo, aponte algumas estratégias utilizadas.

8- Como você avalia o trabalho pedagógico que é desenvolvido na escola, voltado para a inclusão eo respeito às diferenças?

Apêndice D

Questionário de Pesquisa Acadêmica destinado aos pais dos ANEEs (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais)

Caro (a) participante,

Esta pesquisa refere-se à monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, da cursista Betânia Mendes de Sousa, cujo tema é “O papel do gestor e seu compromisso com a aprendizagem de todos na escola.” O objetivo da pesquisa é analisar as fragilidades, potencialidades e contribuições do gestor da escola e suas articulações

junto às famílias e a comunidade escolar, no processo de inclusão dos ANEEs para que tenham os seus direitos respeitados.

Os dados aqui fornecidos serão guardados em pleno sigilo e serão utilizados somente para fins de pesquisa acadêmica.

1- Identificação

1.1- Qual a sua idade?

Até 25 anos Entre 25 e 35anos Entre 35 e 45 anos Acima de 45 anos

1.2- Qual seu nível de escolaridade?

Ensino Fundamental Nível Médio Graduação Pós Graduado

2- Quais expectativas você tem para o (a) seu (sua) filho (a) na escola?

3- Você concorda com a inclusão de crianças com necessidades educacionais no Ensino Regular?

Sim Não Em parte

Por favor, Justifique a sua resposta:

4- De acordo com a realidade da escola, aponte os pontos positivos que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

5- De acordo com a realidade da escola, aponte os pontos negativos que podem ser observadas no processo de inclusão escolar.

6- Como você avalia a sua participação na vida escolar do (a) seu (sua) filho (a)?

Insatisfatória Regular Boa Excelente

6.1- De que forma você contribui com a escola para melhor desempenho do (a) seu (a) filho (a)?

7- A escola busca meios para estimular a participação da família?

Sim Não Às vezes

Em caso afirmativo, explique de que forma.

8- Como você avalia o trabalho desenvolvido pela escola no atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais.

Insatisfatório Regular Bom Excelente

Por favor, justifique a sua resposta.